

Especialistas alertam para risco de uso indevido de dados pela Worldcoin

Fotografar a íris em troca de criptomoedas tornou-se um novo negócio, mas para os advogados especialistas em proteção de dados poderá estar em causa uma violação das normas legais.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

A fundação 'Tools for Humanity Corporation', que detém a Worldcoin, tornou-se um caso de sucesso em vários países, como Portugal, por transformar a fotografia da íris num código encriptado, em troca de criptomoedas. Para os advogados inquiridos pelo Negócios, este tipo de prática pode configurar o uso indevido de dados. Foi essa a leitura feita pela autoridade de proteção de dados espanhola, que ordenou recentemente a suspensão da atividade da Worldcoin. A congénere portuguesa está também a analisar este fenómeno.

Manuel Liberal Jerónimo, sócio da Garrigues, admite a existência de riscos na atividade da Worldcoin, mas começa por pedir cautela na análise do tema, na medida em que está ainda a ser investigado pelas autoridades competentes, no caso concreto a Comissão Nacional de Proteção de Dados. Contudo, adianta este advogado, se a recolha e tratamento de dados em causa não estiver a ser feita "em cumprimento do quadro regulatório aplicável, poderão estar em causa alguns riscos para os titulares dos dados recolhidos".

No mesmo sentido, Nuno da Silva Vieira, sócio da Antas da Cunha ECLJA, sublinha que "a recolha e processamento de dados biométricos é altamente sensível, podendo haver violação de dados ou uso indevido". Em sua opinião, "para atuar em conformidade com a lei e garantir a segurança dos dados dos cidadãos, é imperativo que qualquer entidade que realize atividades similares às da Worldcoin,



Em Portugal ainda não há decisão sobre a atuação da Worldcoin, entidade que oferece criptomoedas em troca de dados biométricos.

em Portugal, ou qualquer outro país da UE, siga rigorosamente as regras do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e esteja sob a supervisão da autoridade nacional competente".

Até porque, como adianta Ma-

Atividade está a ser analisada pela Comissão Nacional de Proteção de Dados.

nuel Liberal Jerónimo, "estão em causa dados particularmente sensíveis, que permitem a identificação inequívoca da pessoa através de uma característica física que não sofre variação ao longo da vida, pelo que o seu tratamento poderá, em tese, afetar alguns direitos e liberdades fundamentais".

Catarina Castanheira Lopes, advogada associada da Cuatrecasas, lembra o alerta da Comissão Nacional de Proteção de Dados lançado a 8 de março, onde enfatiza que "os dados biométricos 'são únicos e fazem parte da identidade [de cada cidadão]', pelo que a cedência dos mesmos a troco de valores monetários ou da atribuição de moedas digitais gratuitas,

poderá levantar questões concretas sobre a validade do consentimento fornecido, uma vez que a liberdade do mesmo, nomeadamente, a existência de uma vontade real e concreta em partilhar os dados biométricos, poderá estar comprometida". Isto, adianta a mesma advogada, caso os titulares dos dados não estejam "devidamente conscientes e alerta para as consequências e características deste tipo de tratamento" que será dado aos mesmos.

A advogada Inês Dias Pinheiro, associada da PLMJ, lembra que "não há ainda uma decisão, em Portugal, sobre a atuação" da Worldcoin, à semelhança do que sucede na Alemanha, onde a em-

Recolha de dados exige respeito por quadro regulatório

presa tem um estabelecimento. Em todo o caso, tal como adianta, “qualquer entidade que use dados biométricos deve conseguir justificar que a utilização desta tecnologia é proporcional e adequada à finalidade”. Mais, sublinha Inês Dias Pinheiro, os cidadãos “devem também poder retirar o consentimento que deram, isto é, sair da aplicação WorldApp, e têm o direito a que os respetivos dados sejam apagados”.

Certo é que, como sublinha, Rita Serrano, advogada na CCA LAW, “teremos de aguardar pelas conclusões da investigação da autoridade espanhola [de proteção de dados] para perceber o que estará ou não em risco”. Tal como adianta, a Tools for Humanity Corporation tem a sua sede europeia na Alemanha, país que do ponto de vista histórico é pioneiro na proteção de dados. Até hoje, que se conheçam, não foram levantados temas de conformidade das práticas desta entidade no país”.

Em declarações recentes ao Negócios, Jannick Preiwisch, responsável pela proteção de dados da Worldcoin, defendeu que “o World ID foi criado para dar às pessoas acesso, privacidade e proteção online”. ■

Para manter atividade em Portugal, a Tools for Humanity Corporation, que detém a Worldcoin, projeto que transforma a fotografia da íris num código encriptado, em troca de criptomoeças, tem de respeitar todo um conjunto de normas legais que protegem os dados pessoais dos cidadãos.

“Qualquer entidade que proceda à recolha e tratamento de dados pessoais no nosso país está sujeita a um quadro regulatório exigente, encabeçado, mas não limitado, pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados. É, assim, dentro dos parâmetros estritos definidos por esta legisla-

ção”, explica Manuel Liberal Jerónimo, sócio da Garrigues.

Além disso, adianta Inês Dias Pinheiro, associada coordenadora na PLMJ, há um “dever de colaboração com a Comissão Nacional de Proteção de Dados e de facultar a esta autoridade todas as informações que lhes sejam solicitadas”. Esta entidade pode, de resto, tal como adianta a advogada, “examinar o sistema informático e os ficheiros de dados pessoais, bem como toda a documentação relativa ao tratamento de dados”.

A atividade da Tools for Humanity Corporation “implica o tratamento de dados biométri-

cos, tratamento que tem especial proteção uma vez que se entende que poderá levantar riscos elevados para os direitos e liberdades das pessoas”, lembra Rita Serrano, da CCA Law. Dito isto, adianta, este tipo de entidades “têm de adotar medidas que permitam avaliar o respetivo impacto na esfera dos titulares”.

Se do ponto de vista da proteção de dados as imposições legais estão devidamente balizadas, já a operação a montante, no caso a emissão de criptomoeças, a questão é diferente, explica o advogado, Nuno Lima da Luz, da Cuatrecasas. “Relativamente ao tema dos criptoativos, parece-

-nos que a única atividade que a Worldcoin tem em Portugal será a da validação da identidade dos seus utilizadores, assim como acontece um pouco por todo o mundo”, clarifica.

“As operações com criptoativos não são localizadas em Portugal, nem temos informação de que haja uma solicitação direta aos utilizadores para qualquer das atividades presentemente reguladas na nossa lei de prevenção de branqueamento de capitais (Lei 83/2017), que será a aplicável ao tema, e cuja supervisão estaria incumbida ao Banco de Portugal”, conclui Nuno Lima da Luz. ■



Os dados biométricos têm uma proteção exigente [...], dado o elevado risco do seu tratamento para os direitos e liberdades das pessoas.



Atividades similares às da Worldcoin em Portugal têm de cumprir com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.



Entidades que levam a cabo este tipo de tratamento de dados [...] têm de adotar medidas que avaliem o impacto na esfera dos titulares.



A WorldCoin tem um dever de colaboração com a CNPD e deve facultar a esta autoridade todas as informações que lhes sejam solicitadas.



MANUEL L. JERÓNIMO
Advogado,
Sócio da Garrigues



NUNO DA SILVA VIEIRA
Advogado,
Sócio da Antas da Cunha Ejija



RITA SERRANO
Advogada, associada
coordenadora na CCA Law



INÊS DIAS PINHEIRO
Advogada, associada
coordenadora na PLMJ

Responsável pela proteção de dados da Worldcoin diz que sistema foi criado para dar às pessoas proteção online.